



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Triângulo- Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 3/IEF/URFBIO TRIANGULO - NUREG/2026

PROCESSO Nº 2100.01.0045940/2025-56

| PARECER ÚNICO | | | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------------|---|---------|
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Nome: SANTA VITÓRIA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA | | CPF/CNPJ: 07.981.751/0001-85 | | |
| Endereço: FAZENDA CRYSTAL; S/N; KM 11,8; ESTRADA PERDILÂNDIA-SANTA VITÓRIA | | Bairro: ZONA RURAL | | |
| Município: SANTA VITÓRIA | UF:MG | CEP: 38320-000 | | |
| Telefone: (34) 3269-1340 | E-mail: ambientalsa@yahoo.com.br | | | |
| O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? () Sim, ir para item 3 (X) Não, ir para item 2 | | | | |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | | | |
| Nome: VALDINOR FARIA FRANCO | | CPF/CNPJ: 122.679.296-00 | | |
| Endereço: AVENIDA 15, Nº 1.304 | | Bairro: CENTRO | | |
| Município: ITUIUTABA | UF:MG | CEP:38.300-076 | | |
| Telefone: (34) 3269-1340 | E-mail: ambientalsa@yahoo.com.br | | | |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | | | | |
| Denominação: FAZENDA CÔRREGO DA ESPERANÇA | | Área Total (ha): 273,0160 | | |
| Registro nº 21.178 | | Município/UF: SANTA VITÓRIA/MG | | |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-B3A0.7F07.0FE3.4D87.9FB3.2722.F91F.1D69 | | | | |
| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA | | | | |
| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | | |
| CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS | 552 | UNIDADES | | |
| 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
| | | | X | Y |
| CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS | 552 | UNIDADES | 571765 | 7924903 |
| 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA | | | | |
| Uso a ser dado a área | Especificação | Área (ha) | | |
| AGRICULTURA | PLANTIO DE CULTURAS ANUAIS | 228,84 | | |
| 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) | |
| MATA ATLÂNTICA | OUTROS | CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS | 228,84 | |
| 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO | | | | |
| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade | |
| MATERIAL LENHOSO | LENHA | 92,50 | M ³ | |
| MADEIRA | SUCUPIRA BRANCA | 0,00 | M ³ | |
| MADEIRA | BRANCA | 3,07 | M ³ | |
| MADEIRA | AROEIRA | 0,00 | M ³ | |
| MADEIRA | GARAPA | 0,00 | M ³ | |
| 1.HISTÓRICO | | | | |
| <u>Data de formalização/aceite do processo:04/12/2025</u> | | | | |
| <u>Data da vistoria:19/01/2026</u> | | | | |
| <u>Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]</u> | | | | |
| <u>Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]</u> | | | | |
| <u>Data de emissão do parecer técnico: 20/01/2026</u> | | | | |
| 2.OBJETIVO | | | | |

TRATA-SE DO CORTE DE 552 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS. O OBJETIVO DESSA INTERVENÇÃO É A MELHORIA DA MECANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA ÁREA. A ÁREA DE INTERVENÇÃO É DE 228,84HA.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

FAZENDA CÓRREGO DA ESPERANÇA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG, COM ÁREA TOTAL DE 273,0160HA, EQUIVALENTE A 9,10 MÓDULOS FISCAIS.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3159803-B3A0.7F07.0FE3.4D87.9FB3.2722.F91F.1D69

- Área total: 272,3697ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: 19,9757ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 7,5189ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 243,2676ha [área de APP indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 19,7957ha

() A área está em recuperação: 0,00ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV-01-21.178 DO CRI DE SANTA VITÓRIA

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(x) Dentro do próprio imóvel

(X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 02

- Parecer sobre o CAR:

"Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado estão corretas".

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A PROPRIEDADE POSSUI 273,0160HA, OS QUAIS ESTÃO SENDO REQUERIDOS O CORTE DE 552 ÁRVORES ISOLADAS EM 228,84HA EM ÁREA DE AGRICULTURA E PASTAGEM.

TRATA-SE DE ÁRVORES NATIVAS DO CERRADO BRASILEIRO.

O rendimento lenhoso decorrente dessa supressão é de 92,50m³ de lenha e 3,07m³ de madeira, os quais serão comercializados, utilizados no imóvel e incorporados ao solo.

Taxa de Expediente: 1.952,44 reais DAE 1401366008421 que foi paga em 27/10/2025

Taxa florestal referente a lenha é 716,26reais DAE 2901366008527 que foi paga em 27/10/2025

Taxa florestal referente a madeira é 158,76 reais DAE 2901366008608 que foi paga em 27/10/2025

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por exemplo:]

- Vulnerabilidade natural: muito baixa à baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não existe

- Unidade de conservação: não encontra-se em unidade de conservação

- Áreas indígenas ou quilombolas: não existe

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

[Neste item, o gestor do processo deverá caracterizar o porte do empreendimento, ratificando ou não o enquadramento informado no requerimento, conforme resultado gerado no simulador de enquadramento da Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental – Copam – nº 217, de 06 de dezembro de 2017, ressaltando as considerações necessárias para empreendimentos já instalados.]

- Atividades desenvolvidas: Pecuária

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAS/Cadastro

- Número do documento: 4.099

5.3 Vistoria realizada:

Vistoria realizada em 19/01/2026. Trata-se do corte de árvores isoladas em áreas comuns. Essa propriedade é desenvolvido a atividade de agricultura.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: plana

- Solo: latossolo vermelho distrófico

- Hidrografia: A área de APP é formada pelo Córrego da Abelha e uma lagoa com área de 10,74ha sendo 0,86ha (cerrado) e 9,98ha em pastagem e consolidada. A *bacia hidrográfica federal* é o Rio Paranaíba e a *micro bacia* é o Córrego da Lagoa.

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Imóvel localizado dentro do bioma Mata Atlântica(2006). A área de intervenção ambiental já é utilizada encontra-se em agricultura. Não haverá conversão do uso do solo. De acordo com as informações apresentadas no processo, foram encontradas 552 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 228,84ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. Dentre as 552 árvores identificadas, existe 04 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo e ainda possui 09 garapa espécie esta ameaçada de extinção conforme decreto Decreto 47.749 de 2019 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 10 por guatambu (*Balfourodendron riedelianum*).

- Fauna: de acordo com as informações apresentadas no processo, as espécies de animais de ocorrência comum na região são: Tatu (*Tolyptentis tricinctus*), Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), Quati (*Nasua nasua*), Seriema (*Cariama cristata*), Codornas (*Alectoris chukar*), Tucano (*Ramphastidae*), Teiú (*Tupinambis teguixim*), além de outras espécies de mamíferos, répteis e anfíbios.

6. ANÁLISE TÉCNICA

O empreendedor solicita a autorização para o corte de 552 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 228,84ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. As árvores estão localizadas em área comum (agricultura e pastagem). A área de intervenção ambiental está inserida no bioma Mata Atlântica (2006). O material lenhoso estimado é de 92,50m³ de lenha e 3,07m³ de madeira que terão como finalidade de comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*. Dentre as 522 árvores identificadas, existe 04 ipê-amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo e ainda possui 09 garapa espécie esta ameaçada de extinção conforme decreto Decreto 47.749 de 2019 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 10 por garapa (*Apuleia leiocarpa*).

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

1. quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;

2. em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;

3. em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos ipê amarelo exige a compensação entre 1 e 5 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 9.743 de 1988. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 20 mudas, parâmetro máximo possível.

Sobre a área de intervenção, as árvores que serão suprimidas estão distribuídas em área agricultável onde encontra-se com pastagem, sem formar corredores ecológicos, ou seja, não possuem papel de conexão entre fragmentos de vegetação nativa. Além disso, fora a espécie protegida, foi encontrado 01 espécie ameaçada de extinção considerando o censo apresentado, sendo 09 exemplares de *Apuleia leiocarpa* (garapa) o qual será compensado através de um PTRF na proporção de 10 para um. Ou seja, será realizado o plantio de 90 mudas de garapa.

A supressão de espécies ameaçadas de extinção constantes na Portaria GM/MMA nº 300 de 2022, são passíveis de autorização quando cumprem os requisitos presentes nos artigos 26 e 73 do Decreto 47.749 de 2019 e artigo 29 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, conforme abaixo:

Art. 26 – A autorização para o corte ou a supressão, em remanescentes de vegetação nativa ou na forma de árvores isoladas nativas vivas, de espécie ameaçada de extinção constante da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constante da lista oficial do Estado de Minas Gerais, poderá ser concedida, excepcionalmente, desde que ocorra uma das seguintes condições:

I – risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e da fauna, bem como da integridade física de pessoas;

II – obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;

III – quando a supressão for comprovadamente essencial para a viabilidade do empreendimento.

§ 1º – Nas hipóteses previstas no inciso III do caput, o interessado deverá apresentar laudo técnico, assinado por profissional habilitado, que ateste a inexistência de alternativa técnica e locacional, bem como que os impactos do corte ou supressão não agravarão o risco à conservação in situ da espécie.

De acordo com a Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, a compensação é prevista conforme abaixo:

Art. 29 – A compensação de que trata o art. 73 do Decreto nº 47.749, de 2019, será determinada na seguinte razão:

I – dez mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Vulnerável – VU

II – vinte mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Em Perigo – EM

III – vinte e cinco mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Criticamente em Perigo – CR

As medidas compensatórias do processo serão aplicadas em áreas de preservação permanente degradadas, mesmo assim, é recomendável a recuperação das áreas desprovidas de vegetação nativa na modalidade de plantio ou condução da regeneração natural, desde que comprovadamente efetiva.

Pelos motivos elencados acima, sou favorável ao requerimento da parte interessada.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos:

1. Diminuição da biodiversidade da flora;
2. Diminuição da presença da avifauna por ausência de abrigo e alimento;
3. Perda de solo por processo erosivo.

Medidas mitigadoras:

1. Fazer os trabalhos de conservação de solo
2. Fazer aceiro no entorno da reserva e APP para evitar queimada
3. Evitar o uso de fogo na propriedade

7. Controle processual

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

8. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opino pelo DEFERIMENTO INTEGRAL do requerimento do corte de 522 indivíduos arbóreos isolados vivos em uma área de 228,84ha, localizada na FAZENDA CÓRREGO DA ESPERANÇA, matrícula 21.178 do CRI de Santa Vitória sendo o material lenhoso estimado em 92,50m³ de lenha e 3,07m³ de madeira que terão como finalidade a comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura.

9. Medidas compensatórias

DEVERÁ CONSERVAR AS PRATICAS CONSERVACIONISTAS DO SOLO.

Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 20 mudas de ipê-amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988 e 90 mudas de Garapa(*Apuleia leiocarpa*) espécie esta ameaçada de extinção Como medida compensatória nos termos conforme Decreto 47.749 de 2019. O PTRF será executado na Fazenda Santa Isabel, matriculas 5.080 do CRI de Santa Vitória, em uma área de 0,4260ha, nas coordenadas UTM de referência 573984(X) , 7922784(Y); 573900(X) , 7922793(Y) (22K, Sirgas 2000)"

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO EXISTE

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X.) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal, O VALOR DA TAXA É DE \$ 3.320,04 REAIS DAE 1500608604290

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

11.CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|---|
| 1 | Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 20 mudas de ipê-amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988, e 90 mudas de Garapa(<i>Apuleia leiocarpa</i>) espécie esta ameaçada de extinção ,como medida compensatória nos termos conforme Decreto 47.749 de 2019. O PTRF será executado na Fazenda Santa Isabel, matriculas 5.080 do CRI de Santa Vitória, em uma área de 0,4260ha, nas coordenadas UTM de referência 573984(X) , 7922784(Y); 573900(X) , 7922793(Y) (22K, Sirgas 2000)" | Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo |
| 2 | Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743/1988, artigo 2º, § 3º. | 5 ANOS |
| 3 | | |
| 4 | | |
| ... | | |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: JOSÉ MARIA DE CASTRO JÚNIOR

MA SP: 1020806-4

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por José Maria Castro Júnior, Coordenador, em 23/02/2026, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **133671827** e o código CRC **EE9A01E8**.